

A crise, a América Latina e os limites do “socialismo do século XXI. Entrevista com Marc Saint-Upéry*

Entrevista concedida a Pablo Stefanoni e Ricardo Bajo, publicada no Le Monde Diplomatique, edição Bolívia, 17 novembro de 2008, tradução do francês para o português por Edmundo Lima de Arruda Junior (UFSC-CESUSC), Brasil.

Se a crise financeira coloca uma questão mais profunda sobre os limites do modelo de desenvolvimento de um capitalismo que se tornou “doido”, ela não dispensa a difícil tarefa de invenção de uma alternativa. Marc Saint-Upéry analisa, sem concessões, essa problemática para a América Latina e para os setores progressistas. Ele se coloca reticente com relação àqueles românticos revolucionários quando, com certa frequência, abdicam do pensamento inovador que os desafios de nosso tempo atual exigem.

*Marc Saint-Upéry é jornalista e tradutor francês residente no Equador. Ele é autor de O Sonho de Bolívar. O desafio das esquerdas sulamericanas (La Decouvert, 2008). Atualmente, realiza estágio de um ano em Cambridge, EUA, onde é vinculado à Fundação Nieman, da Universidade de Harvard. Publication originale Le Monde Diplomatique, édition Bolivienne. Article traduit et communiqué par Marc Saint-Upéry.

X.X.X.X.X

1) Estamos assistindo ao fim do capitalismo, de um certo tipo de capitalismo, de um modo de regulação? Como se encontra essa discussão nos EUA atualmente?

Ralph Nader, o eterno candidato progressista alternativo nas eleições americanas, reconheceu recentemente o que seu pai um dia lhe dizia, quando era criança: “Por que o capitalismo sempre acabará por sobreviver?” E oferecia uma resposta: “Porque teremos sempre o recurso ao socialismo para o salvar”? É mais ou menos o que ocorrerá ou que já está ocorrendo.

Quando o capitalismo se torna fora de controle, e o mito do mercado auto-regulado naufraga aparecem as receitas intervencionistas e entendemos os discursos quase “anti-capitalistas” de pessoas como Nicolas Sarkozy ou aquelas expressões de “crise existencial” da parte de ultra-ortodoxos, como é o caso de Alan Greenspan, ex-presidente do Banco Central dos EUA (FED). Há alguns dias, o jornal britânico conservador The Spectator publicou um artigo cujo título era “Reconheça-se: Marx tinha em parte razão”, no qual o autor sublinhava a pertinência das análises marxianas do fetichismo da mercadoria. Vale dizer, um número enorme desse tipo de declarações faz também parte de um pequeno teatro político que acompanha a crise. Na prática, a questão aberta é a de se saber qual a quantidade e o tipo de “socialismo” vão ser interpelados a ajudar a salvar o capitalismo.

Isso depende de numerosos fatores, em particular da maior ou menor inércia ideológica e corporativa de diversos atores, em face de seus interesses, e da gravidade da recessão. Eu constato que os economistas, e compreendidos os mais críticos e heterodoxos, têm opiniões bem diferentes sobre esse último aspecto. O fato é que nos EUA o nível de preocupação, diria mesmo de angústia, tanto do lado dos especialistas como da população, é muito grande. Porém, ainda não vimos ainda o pior da crise, e não vemos também um horizonte

muito claro de soluções aceitáveis. Para os que defendem o capitalismo em geral, não se trata de um castelo de cartas marcadas que não se mantém por causa de um punhado de perversos; parasitas que contaminam o corpo são da humanidade.

Trata-se de um sistema de interrelações muito densas e extremamente complexas, nas quais todos participamos, mesmo que de maneira desigual e com muitas contradições. A história nos mostra que as crises são capazes de se alimentar dessas contradições e de relançar sua própria dinâmica, nelas se apoiando. Resumindo: a questão do fim do capitalismo ou de sua superação não pode ser objeto de profecias do bom mercado.

2. Podemos falar de um retorno às idéias keynesianas? Existem diferenças claras sobre isso entre Democratas e Republicanos nos EUA?

Não restam dúvidas que a idéia de Reagan, segundo a qual “O Estado não é a solução, mas um problema” encontra-se seriamente desacreditada nos dias de hoje, mesmo se a ex-candidata à vice-presidência de McCain, Sarah Palin, tenha retomado essa idéia durante um debate de campanha (curiosamente, ela afirmou isso alguns minutos antes de dizer exatamente o contrário, ou seja, que o Estado “não tinha exercido um controle suficiente sobre os mercados financeiros”). Quanto a Keynes, nós freqüentemente lhe atribuímos idéias que ele não defendeu, ou que não lhe pertencem com exclusividade, mas sua análise do funcionamento das bolhas especulativas, por exemplo, encontraram nessa crise uma ilustração perfeita.

Por outro lado, Obama parece-me ter em sua filosofia econômica pessoal uma síntese muito pragmática de certas idéias da “terceira via” (na concepção ideal mais que na sua experiência na Inglaterra) e de um certo intervencionismo rooseveltiano: de um lado, uma sinergia flexível entre iniciativa pública e setor privado e preferência pela instauração de um quadro regulatório mais que o controle direto do estado; por outro lado, grandes programas governamentais e investimentos públicos para estimular a economia, e também para acelerar a transição em direção a um modelo energético sustentável. Dito isso, há de tudo entre os conselheiros de Obama, incluindo personagens que têm uma responsabilidade direta na orgia da desregulação nos anos noventa, como Robert Rubin, ex-dirigente do Goldman Sachs e ex-secretário do tesouro de Clinton, e também Lawrence Summers, que foi igualmente secretário do tesouro dos democratas. Eles deram suas contribuições para dismantelar o regime de controles das

atividades financeiras instauradas por Roosevelt durante o New Deal. Mas há também na equipe de Obama pessoas com posição mais crítica no que diz respeito ao fundamentalismo do mercado. Entre elas, curiosamente, podemos contar com um dos homens mais ricos do planeta, o multi-milionário Warren Buffett, que se colocou contrário à onda de desregulação e, há alguns anos, descreveu as inovações financeiras como “armas financeiras de destruição de massas”.

Assim, mais que programas ou equipes de campanha, eu penso que será a natureza e a gravidade da crise, assim como as margens de manobra orçamentárias (mais e mais estreitas em razão da desastrosa gestão republicana e do impacto fiscal da crise) que ditarão as políticas reais do governo americano.

3. Durante os anos trinta, a crise engendrou frustrações que alimentaram as bandeiras fascista e nazista. Você acredita numa conseqüência reacionária desse tipo hoje?

Há pessoas que são obstinadas em repetir de maneira totalmente abstrata que a única solução para a crise são as lutas populares e que a saída dela se encontra na sabedoria ou na “consciência revolucionária” do povo, ou da “multidão. Na realidade a luta de classes, a mobilização popular, os movimentos sociais progressistas, todas as vezes que puderam atingir um certo nível de capacidade organizacional e estratégica, provocaram mudanças profundamente civilizatórias no capitalismo. Da mesma forma, isso ocorreu nos “socialismos reais” como testemunhamos até nos dias atuais na China, com as numerosas lutas dos trabalhadores e camponeses, dispersas mas virulentas, que obrigaram o Partido Comunista chinês a enfrentar a questão das desigualdades crescentes e a criarem um sistema de proteção social universal (o qual, curiosamente, não existia praticamente na China “socialista”, visto que, no modelo maoísta ortodoxo esses direitos eram substituídos por benefícios sociais garantidos pelos coletivos de trabalho.

Mas a luta de classes organizada encontra-se longe de canalizar todas as frustrações e todas as energias combativas dos diversos setores da sociedade. Durante a campanha eleitoral norte-americana, o Estado Maior republicano sensibilizou-se pelo expressivo nível de ódio paranóico antigrupos minoritários, anti-imigrantes, antimuçulmanos, anti-intelectual, de feição também anticomunista absurda e defasada, em certos encontros de McCain e Palin, reações oriundas geralmente da parte dos setores os mais populares da base republicana. A política do medo e da raiva manipuladas por demagogos reacionários, a fascinação de setores inteiros da classe média por esse clima segregacionista, a vitimização dos mais vulneráveis por serem simplesmente mais frágeis e pobres e a instabilidade das novas gerações de imigrantes são os fenômenos que vemos ressurgir, mesmo que eu não creia que eles possam atingir o mesmo nível de organização e de eficácia política dos anos trinta.

Tais fenômenos não são uma exclusividade dos países do Norte, como se

os pobres do Sul fossem necessariamente mais virtuosos ou os mais solidários entre eles. Eu garanto a vocês que nós assistiremos em todos os lugares evoluções surpreendentes e muito desagradáveis, sobretudo se a recessão se aprofundar e coincidir com uma forte agravação das condições climáticas e encorajar um generalizado salve-se quem puder. Se não há barreiras institucionais defendidas e garantidas pelos atores políticos lúcidos e organizados, nenhuma proclamada “consciência revolucionária das massas” nos protegerá dessas explosões de barbárie.

4. Em face a essa crise, o « socialismo do século XXI”, hoje colocado na América Latina, representa uma alternativa?

Deixe-me contar uma pequena história. Aqui nos EUA há uma liderança extremamente popular no seio das classes mais modestas e menos educadas da população que me explicou que “entre nós, os cidadãos possuem coletivamente os recursos naturais e nós dividimos a riqueza quando ocorre o desenvolvimento desses recursos”. Essa mesma liderança empreendeu uma batalha enorme para obrigar as companhias petrolíferas privadas a pagar mais taxas e royalties sobre a exploração de derivados do petróleo. Essa pessoa é vista pelo povo como alguém “que compreende os problemas e que fala como nós, não como as elites arrogantes”.

Essa liderança se chama Sarah Pali (ainda ela), governadora ultra conservadora do Alaska e ex-vice candidata a presidente dos EUA na chapa de McCain. Todos os anos ela faz doações de 3.269 dólares a cada cidadão, resultantes desses petro-Estado subártico em seu Alaska. Agora, francamente, a idéia de que vamos inventar uma nova forma de socialismo, a partir de alguma experiência de neo-desenvolvimentismo caudilhisto, extrativista e usufruindo rendas do petróleo hiperdependente do mercado mundial e de preços e matérias primas, parece-me ser uma piada de mau gosto.

A crise global colocará às claras os limites desse autoproclamado ‘socialismo do século XXI’. Já está claro na prática, e o será de mais em mais na medida em que a crise se agrave. Quanto à “teoria”, eu acompanho de maneira próxima os debates sobre o “socialismo do século XXI” na Venezuela, no Equador, e em outros países. Não podemos senão criticar o caráter vago, encantador, puramente emocional ou abstrato, e por vezes simplesmente delirante, dos discursos que circulam sobre essa temática.

Indo além de algumas bem intencionadas declarações mais ou menos requeitadas sobre as virtudes da democracia participativa (que, diga-se, funciona hoje na Venezuela, seja como uma pura manipulação vertical, seja como uma válvula de segurança para frustrações populares em face da ineficiência endêmica da administração central, ou em geral como uma mistura ambígua das duas), eu não vejo emergir nenhum utensílio conceitual, nenhuma proposição de construção institucional concreta que nos permita orientar no sentido de encontrar uma alternativa ao capitalismo.

Não obstante toda essa falta de horizontes, o imaginário socialista parece recuperar um certo papel? Eu não estou seguro de ter compreendido o que você quer dizer com isso. Claro, há uma enorme crise de legitimidade do discurso neoliberal e, até um certo ponto, de confiança no sistema capitalista. Mas eu não tenho nenhuma ilusão um tanto narcísica, segundo a qual a “onda de esquerda” na América do Sul abrirá novos e insuspeitos horizontes anticapitalistas para a humanidade.

Já será um resultado meritório se essas experiências lograrem melhorar de forma durável a vida cotidiana das camadas mais desfavorecidas da população e avançarem na democratização das relações sociais e políticas em vários países do continente. Em nenhuma das experiências mais ou menos progressistas em curso, eu insisto, em nenhuma delas, observamos transformações da estrutura econômica e social que chegue ao nível daquelas construídas pelos trabalhadores britânicos em seu país desde 1945, por exemplo.

Mas tomemos um outro exemplo. Em reação à crise americana, que colocou em perigo a estabilidade e a prosperidade da economia chinesa, o partido comunista chinês acaba de anunciar sua intenção de liberalizar o sistema de propriedade rural (que até os dias de hoje mantinha-se como uma forma de propriedade teoricamente coletiva e inalienável), permitindo com tal medida aos camponeses de alugar e de alienar os seus pequenos lotes de terra, a longo termo – o que já se fazia massivamente de maneira clandestina.

De acordo com os dirigentes chineses, a medida tem como objetivo estimular a produtividade agrícola, oferecendo mais margens de manobra aos camponeses para que eles economizem menos e consumam mais, reduzindo as fortes desigualdades sociais entre a cidade e o campo (e com elas a pressão de migração interna) e alargando um mercado interior ainda pouco desenvolvido para poder enfrentar o choque da recessão mundial que ameaça as exportações do gigante asiático. Aparentemente, por conseqüência, o que faz da China “socialista” ao liberalizar ou privatizar a propriedade da terra, uma medida de estilo “capitalista”- para se proteger da crise “capitalista”, mas em nome da preservação do “socialismo” e da redução das desigualdades. No final das contas, essas medidas vão mais para o socialismo ou mais para o capitalismo ? Eu não sei responder, e é bem provável que a questão esteja mal colocada, mais eu sei ao menos duas coisas: 1) o pseudo debate latino americano sobre o “socialismo do século XXI” não nos oferece nenhum modelo de análise sério para decifrar a complexidade desse tipo de evolução; 2) não importa qual medida sócio-econômica de envergadura seja tomada pelos Chineses, ela será para o futuro do conjunto da humanidade muito mais que possam fazer os governos de esquerda latino-americanos.

Quanto ao problema de fundo, eu creio que a transição eventual a um sistema, digamos pós-capitalista, é mais um problema antropológico de longa envergadura que uma questão de decisão e de estratégias políticas a curto e médio prazo, e bom pretexto para slogans grandiloquentes. Tal transição nos parece supor a emergência paralela de novas configurações de incitações econômicas e morais e de novos

dispositivos institucionais enraizados nas práticas organizacionais e materiais sustentáveis (do ponto de vista psicológico e moral como do ponto de vista ecológico), o que nada tem a ver estritamente com o voluntarismo de uma vanguarda esclarecida que pretende forjar um anunciado “homem novo”, por vontade ou força. Até o presente momento, isso se deu na força e a golpes fortes. E quando não se faz pela força, isso corre o risco de ser puramente cosmético, como entre os “bolibourgeois” (burgueses bolivarianos), auto declarados socialistas que organizam a flexibilização do trabalho na Venezuela, maquiando suas empresas como “cooperativas” e viajando regularmente a Miami para fazer suas compras de luxo. Por outro lado, o que essa política pode fazer sob a influência das lutas de massa é aumentar o grau de controle da sociedade sobre ela mesma e nos evitar uma regressão abaixo dos níveis civilizatórios já conquistados, o que será um obstáculo para não importar qual transição pós-capitalista esteja em uma outra direção que não a da barbárie. Desse ponto de vista, a crise atual abre uma janela de oportunidades para inverter as políticas as mais regressivas de vinte ou trinta anos e conquistar novos espaços de igualdade e de novos direitos.

5. Como você vê o estado do projeto de Hugo Chaves, depois da derrota do ano passado (fracasso do referendo sobre a reforma da constituição) e tendo em vista as eleições locais de 23 de novembro?

Eu escrevi, no início do ano de 2007, que a “revolução bolivariana” me parecia ser a entrada numa fase de estagnação, e eu considerava como mais provável uma retomada da democracia nesse processo que permitisse escapar da entropia burocrática e da miopia dos rendimentos do petróleo. Naquela época, eu falava também de minhas dúvidas sobre a eventualidade da sociedade venezuelana, incluída nela os chavistas, em aceitar, sem questionar, o desejo colocado por Chávez de permanecer no poder até 2021, talvez até 2030. Eu não pensava, porém, ver minhas previsões se confirmarem tão rapidamente. O rendimento decrescente dos programas sociais (as famosas “missões), a extraordinária ineficácia da administração chavista, os episódios de penúrias dos produtos alimentares de base e os cortes de eletricidade, a percepção de um aumento espetacular da corrupção e a frustração da população das periferias mais pobres, em face do nível de insegurança hoje fora de controle, tudo isso influenciará para explicitar a usura do chavismo.

Essas situações também alimentam o incrível grau de deterioração das relações internas no campo bolivariano: os últimos “traidores” denunciados por Chávez não são nada mais que o partido Comunista venezuelano e a organização de esquerda Pátria para Todos, até ontem aliados fiéis e viveiros dos cargos políticos mais confiáveis e normalmente mais bem formados dos membros do ex-MVR – (Movimento para a 5ª república), hoje PSUV (Partido unido da Venezuela). As sondagens revelam um processo de despoluição da opinião pública, por um lado com um aumento dos “nem/nem” (cerca de 50% das pessoas

consultadas declaram que não são nem chavistas nem adeptos da oposição) , por outro uma evolução da qualidade da base, ainda importante, de venezuelanos chavistas. Hoje, eles questionam o presidente sobre a causa dessas carências e os destinos da “revolução”, questionam também a sua equipe, e uma das principais críticas que fazem a Chaves é que “ele deverá ocupar-se mais da Venezuela e menos de outros países”.

Ora, justamente, um outro fator que contribui para enfraquecer a figura do presidente são os vai e vem no nível de sua política externa. Um exemplo espetacular é sua surpreendente, mas em realidade muito previsível – reconciliação de julho de 2008 com o presidente Alvaro Uribe (em julho de 2008), que ocorreu logo alguns meses após ter adjetivado o Presidente da Colômbia de frouxo, mentiroso e enrolador, criminoso que dirige o narcogoverno subordinado a Bush, etc. Agora Uribe passa a ser aquele que “merece respeito” e com o qual “nós somos obrigados a nos entender”.

Para retomar a metáfora empregada nos anos setenta, a propósito da União Soviética pelo secretário-geral do Partido comunista italiano Enrico Berlinguer, podemos dizer que “a força propulsiva da revolução bolivariana se esgotou”. A diferença é que a peripécia chavista não chegou a durar quinze anos, e que uma grande parte dessa “força propulsiva” diz mais respeito a uma magia do verbo que a uma realidade concreta.

O líder boliviano estimulou uma espécie de apoderamento simbólico de setores marginalizados e politizou a questão social, mais no terreno prático, além de algumas políticas públicas bem intencionadas, mas geralmente erráticas e rapidamente invalidadas por inabilidade técnica, a corrupção é uma lógica caótica de desinstitucionalização permanente, sendo esse processo social o limite para passar-se de um governo de verniz vermelho para um modelo de capitalismo de estado ruralista e desperdiçador, típico do que poderíamos chamar de “Venezuela saudita” durante as fases da prosperidade petroleira. A Crise constitui uma revanche para a social democracia, como pretende Zapatero ? O que pensar de uma esquerda que se precipita para salvar um capitalismo financeiro que ela tanto criticava no passado? Antes de tudo, podemos sempre discutir os méritos do plano de Henry Paulson ou o de Gordon Brown (sem dúvida bem melhor que outros muito deficientes em termos do controle público e da transparência), mas não se trata simplesmente de “salvar o capitalismo financeiro”. É urgente evitar a curto termo a paralisia total do sistema de crédito, que afetaria todos os atores econômicos, ricos ou pobres, pro-capitalistas ou anticapitalistas. Eu não creio que possamos mudar de navio em plena tempestade, para passar a uma embarcação que não está ainda construída. Em segundo lugar, na maioria das vezes, não podemos dizer que as esquerdas européias se inclinam para críticas virulentas ao capitalismo financeiro. De fato, ou mais frequentemente, não somente a maior parte das figuras eminentes da social democracia apresentam um elogio da sabedoria dos mercados, como muitos deles foram parceiros e mesmo cúmplices de grandes operadores financeiros. Podemos, por conseqüência, legitimamente nos indignarmos com Zapatero (Espanha) e

Ségolène Royal (França), quando pretendem nos dar lições sobre os perigos de um capitalismo selvagem que eles não combateram com maior vigor no passado.

Do que falamos, porém, quando nos referimos à social democracia ? A social democracia clássica preconizava um casamento da razão com um capitalismo nacional, pressupondo como necessidades encontrar novos equilíbrios sociais. Com a “terceira via” de Blair e seus admiradores e imitadores, assistimos a um casamento deles com muita paixão pelo capitalismo nômade e especulativo, o qual não reconhece nenhuma responsabilidade com relação à sociedade. Isso dito, o pequeno jogo moralista do bom mercado, que consiste em denunciar a hipocrisia ou a frouxidão dos reformistas, não nos leva muito longe. Os « revolucionários » adoram se passar por machos indomáveis, mas a pusilanimidade real ou suposta dos reformistas não é essencialmente um problema de fibra moral ou de testosterona política. Ela não se constitui mais como um argumento em favor da revolução, pela simples razão que ninguém sabe o que pode ser a revolução, ou se ela deva ser alguma coisa mais séria que um estardalhaço e efêmero carnaval dos oprimidos.

Os autoproclamados revolucionários não têm a menor idéia de como e por onde eles deveriam começar a pensar e agir para “ultrapassar” o capitalismo. Em Cuba, por exemplo, eles buscam agora, sob pena de desaparecerem, tentar domesticar a energia da vitalidade do mercado e de seus empreendedores capitalistas, sem colocar em risco o controle ditatorial do partido sobre a sociedade.

Quanto às idéias de reformas estruturais que certos revolucionários colocam, elas são sem dúvida meritórias, porém têm as mesmas levadas a cabo pelos “reformistas” conseqüentes.

6. Mais então o que devem fazer as esquerdas latino-americanas ?

Eu não tenho receitas e há gente bem mais competente que eu para responder a essas questões. Simplesmente, eu diria que em primeiro lugar, é necessário encorajar e sustentar todo dispositivo de distribuição de riquezas a meio e longo termo que seja economicamente sustentável, que se apóie em uma arquitetura institucional bem concebida e que não repouse somente em ilusões de prestidigitadores do modelo de rendimento extrativista.

A reforma fiscal equatoriana ou a democratização e a reestruturação do sistema de saúde pública brasileira, sobre as quais muito se fala, me parecem mais importantes, não importando o efêmero presente petrolífero para as massas bolivarianas. Em segundo lugar, é necessário continuar a combater toda a forma de racismo e de discriminação, bem como descolonizar o imaginário e as instituições para ultrapassar 500 anos de subalternidade mental e material, mas sem cair na idéia ridícula de que se instaure ou se deva instaurar na América Latina um novo modelo que não terá nada a ver com a “civilização branca-cristã-capitalista-ocidental”(etc).

A civilização “branca-cristã-capitalista-ocidental” não existe mais, ela não é senão um pretexto falacioso e obsoleto da dominação colonial

e do imaginário racista europeu. Na realidade, ela é uma mistura contraditória e constantemente em movimento, como é a superestrutura espiritual de não importar qual formação social. Certos adeptos do indigenismo acreditam radicalmente nessa visão de realidade que também possuíam Francisco Franco e Samuel Huntigton, mesmo se eles valorizassem de maneira completamente oposta as hipotéticas civilizações que exaltam ou denunciam. Enfim, entende-se que é necessário reforçar a integração do continente sul americano e promover seu papel internacional pro-ativo enquanto bloco, através de proposições não somente simbólicas, mas práticas, suscetíveis de engendrar coalizões eficazes e consensos alternativos, visando a reformar com profundidade as normas e a arquitetura institucional das relações internacionais. Eu acrescentaria o que me parece fundamental para superar o que é completamente estéril, ou seja, continuar a construir o imaginário da esquerda latino-americana em uma base errônea, qual seja a de uma eterna confrontação retórica com uma vitimização em relação aos EUA, o que parece remontar a uma época de bancos polarizados das geleiras andinas que estão afundando em face de novos gigantes asiáticos (estes não têm nenhuma razão de presentear a América do Sul, pois que não há que um cínico pragmatismo comercial de Pequim e sua contribuição a reprimarização). A dominação de Washington encontra-se em crise; isso é uma boa coisa e não se deve aceitar nenhuma regressão ou pressão oriunda dessa situação. Mas essa dominação em crise hegemônica não deve ser uma excusa à real carência dos governos progressistas e dos processos de integração regional. Para que essas esquerdas possam exercer um papel de liderança moral e política, é necessário reforçar a funcionalidade do UNASUR (União sul-americana), assim como o Banco do Sul e outras instituições financeiras regionais, como é o caso do poderoso BNDES brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento). E já que falamos do Brasil, parece-lhe necessário abordar com uma boa dose de franqueza, de inteligência estratégica e de capacidade de forjar consensos multilaterais que enfrentem a forte assimetria demográfica, territorial e sobretudo econômica desse imenso país.

Malgrado seus defeitos, eu creio que as esquerdas latino-americanas podem encarar esses desafios, mas elas têm necessidade de um autêntico banho de verdade, a fim de começar a aprender a dizer o que fazem e a fazer o que dizem.

O paradoxo da “guinada à esquerda” sul-americana é que ela coincide com uma mudança de época que não requer mais do que uma evolução da moderação em certo radicalismo indefinido, ou de um radicalismo de direção à moderação pusilânime, o que seriam mais abstrações fraudulentas dos discursos radicais. Necessita-se afrontar concretamente os problemas radicais.

[1] Cité in Hendrik Hertzberg, « Like, Socialism », The New Yorker, 3-11-2008.